



EQUATORIAL ENERGIA S.A.
CNPJ/MF nº 03.220.438/0001-73
NIRE 2130000938-8
Companhia Aberta

Senhores Acionistas,

Tendo em vista a divulgação das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social de 2011 e a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em data ainda indefinida, apresentamos a seguir: i) os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência da Instrução CVM 480/09 (Anexo I), e; ii) proposta de destinação do lucro líquido do exercício, contendo as informações indicadas no Anexo 9-1-II à Instrução CVM 481/09 (Anexo II).

ANEXO I
Comentários dos Diretores da Companhia
Item 10 – Formulário de Referência (Instrução CVM 480/09)

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a) condições financeiras e patrimoniais gerais:

A Equatorial é uma holding de participações no segmento de energia. Em 31 de dezembro de 2011, a empresa detinha participação, direta ou indireta, nas seguintes empresas: (i) CEMAR – Companhia Energética do Maranhão, distribuidora de energia cuja área de concessão engloba todo o estado do Maranhão; (ii) participa do bloco de controle da Geramar, responsável pela operação de duas usinas de geração termoeétrica localizadas no estado do Maranhão, (iii) Equatorial Soluções, prestadora de serviços e (iv) Sol Energias, comercializadora.

O Emissor encerrou 2011 com Patrimônio Líquido de R\$922,1 milhões, queda de 3,3% em relação àquele apresentado ao final de 2010 (R\$953,9 milhões). Já em 2009 o Patrimônio Líquido totalizou R\$986,3 milhões.

O lucro líquido consolidado do exercício encerrado em 2011 totalizou R\$159,8 milhões, com geração operacional de caixa (EBITDA) de R\$504 milhões. Em 2010, já desconsiderando a participação indireta então detida na Light, o lucro líquido consolidado foi de R\$174 milhões, enquanto o de 2009 somou R\$223 milhões.

Ao final do ano, também de maneira consolidada, o grupo apresentava endividamento líquido de R\$1.005,1 milhões, valor que representava pouco mais de 0,9 vez o patrimônio líquido e 2,0 vezes o EBITDA anual, patamares que consideramos confortáveis e que refletem a robustez patrimonial e financeira de nossas empresas.

Durante o ano, os investimentos próprios da CEMAR somaram R\$322,3 milhões, além daqueles destinados ao Programa Luz Para Todos, que totalizaram R\$174,6 milhões.

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

- i. hipóteses de resgate
- ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

O patrimônio líquido do Emissor, em 31 de dezembro de 2011, era de R\$ 922,1 milhões, uma redução de 3,3% em relação a 31 de dezembro de 2010, cujo patrimônio era de R\$ 953,9 milhões. No encerramento de 2009, o patrimônio do Emissor somava R\$986,3 milhões.

Em 31 de dezembro de 2011, a Equatorial encerrou o exercício com R\$448,4 milhões de caixa, com dívida líquida de R\$1.005,1 milhões, o que representa 2,0 vezes o EBITDA dos últimos 12 meses. Em 2010, a Companhia havia encerrado com dívida líquida de R\$759 milhões, o que representava 1,5 vez sobre o EBITDA anual.

Não há possibilidade de resgates de ações além das legalmente previstas.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

Considerando o perfil de longo prazo do endividamento do grupo, bem como a trajetória dos resultados, o Emissor pretende honrar seus compromissos financeiros de curto e longo prazo com recursos provenientes da sua geração operacional de caixa.

Observando o endividamento, o fluxo de caixa e a posição de liquidez, o Emissor acredita ter liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos. Caso o Emissor entenda necessário contrair empréstimos para financiar seus investimentos e potenciais aquisições, a mesma acredita ter capacidade para contratá-los atualmente.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizados:

CEMAR

Além da utilização em parte de sua geração própria de caixa, as principais fontes de financiamento para os projetos de investimento da Emissora são o Banco do Nordeste - BNB, a ELETROBRÁS e o BNDES, que usualmente oferecem taxas de juros menores e prazos de pagamento compatíveis com o tempo de retorno do projeto de investimento.

Por estar situada no Nordeste brasileiro e ter 90% do território coberto pela Amazônia Legal, além dos tradicionais órgãos de fomento, acima mencionados, a CEMAR tem possibilidades de utilização de linhas de créditos específicas para o desenvolvimento do Nordeste (FNE, FDNE, etc), bem como para desenvolvimento do Norte (FDA).

Visando sempre obter as menores taxas do mercado, caso haja projetos de investimento que não sejam elegíveis para financiamentos pelos referidos órgãos, a Emissora normalmente recorre ao mercado de capitais (debêntures), agências multilaterais de fomento ou demais fontes do mercado bancário.

GERAMAR

Por estar localizada no Maranhão, além dos tradicionais órgãos de fomento, há possibilidade de utilização de linhas de créditos específicas para o desenvolvimento do Nordeste (FNE, FDNE, etc.), bem como para desenvolvimento do Norte (FDA). Em dezembro de 2011, a companhia tem registrado R\$170 milhões provenientes do FDA e, ao passo que finaliza o processo para obtenção do restante de sua necessidade através desta linha, a Geramar faz uso de empréstimos-ponte contratados junto a bancos de primeira linha.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:

CEMAR

Atualmente a companhia possui limites substanciais de crédito aprovados em instituições financeiras de primeira linha, porém não tem utilizado os mesmos para financiamentos de curto prazo em capital de giro.

GERAMAR

Em 31 de dezembro de 2011, a companhia detinha o montante de R\$420 milhões de endividamento, onde R\$170 milhões são provenientes de financiamentos obtidos junto ao Banco da Amazônia e R\$250 milhões são empréstimos de curto prazo contratados junto a bancos de primeira linha.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

- i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes
- ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras
- iii. grau de subordinação entre as dívidas
- iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

CEMAR

Em 31 de dezembro de 2011, o endividamento total da Emissora era de R\$1.385 milhões, dos quais 0,6% (R\$8,0 milhões) eram em moeda estrangeira. Aquele valor, deduzido do caixa e disponibilidades da Emissora, no montante de R\$424,4 milhões, atinge R\$960,6 milhões.

Do valor total do endividamento acima, 20,3% (R\$282,2 milhões) tinha vencimento no curto prazo e 79,5% (R\$1.102,9 milhões) tinha vencimento no longo prazo.

A tabela abaixo descreve a evolução do endividamento total em aberto da CEMAR nos períodos em referência:

Dívidas (R\$ milhões)	2009	2010	2011
Curto Prazo	148,3	194,1	282,3
<i>Moeda Estrangeira</i>	0,8	0,7	0,6
<i>Moeda Nacional</i>	147,5	193,4	281,7
Longo Prazo	1.068,90	1.063,7	1.102,9
<i>Moeda Estrangeira</i>	8,3	7,3	7,6
<i>Moeda Nacional</i>	1.060,60	1.056,44	1.095,3
Total Geral	1.217,20	1.257,8	1.385,2

GERAMAR

Até 31 de dezembro de 2011, o total da dívida da companhia totaliza R\$420 milhões, dos quais R\$265,2 milhões no curto prazo e R\$154,8 milhões no longo prazo. Ressaltamos que a Equatorial detém 25% de participação societária na Geramar.

CONSOLIDADO

Em 31 de dezembro de 2011, o endividamento total consolidado em aberto do Emissor era de R\$1.547,7 milhões, dos quais 0,57% (R\$8,3 milhões) em moeda estrangeira. Aquele valor, deduzido do caixa e disponibilidades do Emissor, no montante de R\$448,4 milhões, atinge R\$1.099,3 milhões.

Do valor total do endividamento acima, 26% (R\$394,1 milhões) tem vencimento no curto prazo e 74% (R\$1.152,9 milhões) tem vencimento no longo prazo.

A tabela abaixo descreve a evolução do endividamento total consolidado em aberto do Emissor nos períodos em referência:

Dívidas (R\$ milhões)	2009	2010	2011
Curto Prazo	231,61	258,78	394,76
<i>Moeda Estrangeira</i>	0,8	0,70	0,6
<i>Moeda Nacional</i>	230,812	258,08	394,16
Longo Prazo	1.068,90	1.063,74	1.152,90
<i>Moeda Estrangeira</i>	8,3	7,30	7,6
<i>Moeda Nacional</i>	1.060,60	1.056,44	1.145,30
Total Geral	1.300,51	1.322,52	1.547,66

Financiamentos Relevantes

CEMAR

Destacamos abaixo as principais operações de endividamento contratadas entre 2007 a 2011:

Dívida com a ELETROBRÁS:

- Em janeiro de 2007, foi assinado pela CEMAR junto à ELETROBRÁS o contrato ECF-2522/2005 no valor total de R\$ 57.999 mil, dos quais foram desembolsados R\$56.274 mil. O referido contrato está lastreado por recursos da Reserva Global de Reversão - RGR. O custo deste financiamento é de 7% ao ano mais a variação da RGR, com prazo de vencimento em 7 anos, composto pela carência de 2 anos e amortização em 5 anos. Estes recursos se destinam a financiar os custos diretos dos investimentos para a melhoria do suprimento de energia elétrica e expansão do sistema.
- Em janeiro de 2009, foi assinado pela CEMAR junto à ELETROBRÁS o contrato ECF-2724/2008 no valor total de R\$ 97.686 mil, dos quais já foram desembolsados R\$87.492 mil. O referido contrato está lastreado por recursos da Reserva Global de Reversão - RGR. O custo deste financiamento é de 7% ao ano mais a variação da RGR, com prazo de vencimento em 7 anos, composto pela carência de 2 anos e amortização em 5 anos. Estes recursos se destinam a financiar os custos diretos dos investimentos para a melhoria do suprimento de energia elétrica e expansão do sistema.
- Em dezembro de 2010, foi assinado pela CEMAR junto à ELETROBRÁS o contrato ECF-2890/2010 no valor total de R\$85.310 mil, dos quais foram desembolsados R\$39.572 mil. O referido contrato está lastreado por recursos da Reserva Global de Reversão - RGR. O custo deste financiamento é de 7% ao ano mais a variação da RGR, com prazo de vencimento em 84 meses, composto pela carência de 24 meses e amortização em 60 meses. Estes recursos se destinam a financiar os custos diretos dos investimentos para melhoria e suprimento de energia elétrica e expansão do sistema.

Dívida com IFC:

- Em 28 de fevereiro de 2008, a CEMAR finalizou a contratação do financiamento de US\$80.000.000,00 junto ao IFC - International Finance Corporation, com o objetivo de financiar parte dos seus investimentos já realizados em 2007, e parte dos investimentos previstos para o biênio 2008/2009. O empréstimo foi concedido em reais, num montante de R\$135.056 mil, considerando a PTAX de venda de 1,6882 do dia 26 de fevereiro de 2008. O custo da operação foi fixado em 90,9% do CDI, através da realização de um swap cambial pelo IFC, incidindo o custo adicional de 1,5% a.a. a título de "Exposure Fee". O prazo total deste financiamento é de 8 anos, com 2 anos de carência.

Neste contrato, a CEMAR apresenta alguns indicadores financeiros, a serem apurados anualmente com base nas suas demonstrações financeiras auditadas:

1º Covenant: Quociente resultante da divisão da DÍVIDA FINANCEIRA LÍQUIDA pelo EBITDA dos últimos 12 meses, menor ou igual a 2,5 (dois e meio);

2º Covenant: Quociente resultante da divisão do EBITDA dos últimos 12 meses pelas DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS, maior ou igual a 2,0 (dois).

	<u>4T11</u>	<u>3T11</u>	<u>2T11</u>	<u>1T11</u>
Dívida bruta *	1.385.239	1.177.232	1.212.481	1.202.534
(-) Disponibilidades e aplicações financeiras	-424.463	-189.483	-273.383	-418.249
(-) Baixa renda a receber	-15.835	-30.692	-21.212	-23.472
(-) Ativos regulatórios líquidos	-25.832	-59.714	-2.173	-20.409
= Dívida financeira líquida	919.109	897.343	915.713	740.404
EBITDA**	133.763	122.106	117.727	108.558
EBITDA ajustado nos últimos 12 meses	482.154	454.227	467.769	488.710
1º Covenant: <=2,5	1,91	1,98	1,96	1,52
Despesa financeira líquida trimestral	11.843	29.536	11.187	31.040
Despesa financeira líquida nos últimos 12 meses	83.607	87.776	87.579	87.637
2º Covenant: >=2,0	5,8	5,2	5,3	5,6

* Corresponde a dívida bruta de Empréstimos e financiamentos e dívida bruta de Debêntures.

** EBITDA calculado conforme contrato de financiamento, que significa o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização, desconsiderando as outras despesas e receitas não recorrentes. As outras despesas e receitas não recorrentes são provenientes de baixas e alienação do ativo imobilizado.

Dívida com o Banco do Nordeste do Brasil:

- BNB I – No ano de 2006, a Cemar contratou financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil – BNB, no montante de R\$136.076, com a finalidade de financiar os investimentos em redução das perdas técnicas e comerciais, melhoria na qualidade no fornecimento de energia elétrica, expansão do sistema de distribuição e atualização de tecnologia da informação. Os recursos são provenientes do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE. A taxa efetiva dessa operação é de 8,5% ao ano.
- BNB Nova Sede - Em 06 de dezembro de 2007, a CEMAR assinou o empréstimo obtido junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, no montante de R\$9.652 mil, com a finalidade de financiar a construção da nova sede da Companhia. Os recursos são provenientes do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, que a partir de janeiro de 2008 incide taxa de juros de 8,50% a.a., considerando o bônus de adimplemento de 15% incidente sobre os pagamentos dos juros.
- BNB II - Em 05 de fevereiro de 2009, a CEMAR assinou o empréstimo obtido junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, no montante de R\$144.939 mil, com a finalidade de complementar os recursos financeiros para investimentos na rede elétrica. Os recursos são provenientes do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE. A taxa de juros do FNE é 8,50% ao ano, considerando o bônus de adimplemento de 15%, incidente sobre o pagamento dos juros.

Dívida com o BNDES:

- Em 10 de abril de 2007, a CEMAR assinou o contrato de financiamento junto ao Banco Itaú BBA no valor de R\$28.481 mil, lastreados por recursos originários de repasse pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. O custo deste financiamento é de TJLP + 4,8% ao ano. O prazo total é de 5 anos, com carência de 1 ano e amortização em 4 anos. Estes recursos se destinam a financiar a implantação do Programa de Combate às Perdas de Energia Elétrica do Sistema de distribuição da CEMAR, do Sistema de Gestão das Redes de Distribuição - "GEOREDE" e do Sistema Comercial da ELUCID - "UE-COM".

Neste contrato, a CEMAR apresenta os seguintes indicadores financeiros, a serem apurados anualmente com base nas suas demonstrações financeiras auditadas:

1ª Covenant: Quociente entre o Endividamento Financeiro Líquido pelo EBITDA menor ou igual a 4,50;

2ª Covenant: Quociente entre o Endividamento Financeiro Líquido pela soma do Endividamento Financeiro Líquido com o Patrimônio Líquido menor ou igual a 0,60.

- Em 11 de março de 2008, a CEMAR assinou o contrato de financiamento junto ao Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. no valor de R\$79.663 mil, lastreados por recursos originários de repasse pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. O custo deste financiamento é de TJLP + 3,6% ao ano. O prazo total é de 5 anos, com carência de 1 ano e amortização em 4 anos. Estes recursos se destinam a financiar a implantação do projeto "Expansão e Qualidade Operacional CEMAR", com investimentos voltados ao combate das perdas comerciais de energia elétrica, a realização de ligações de novos consumidores e a atualização tecnológica da empresa.

Conforme contrato, a CEMAR apresentar os seguintes indicadores financeiros, a serem apurados anualmente com base nas suas demonstrações financeiras auditadas:

1ª Covenant: Quociente entre o Endividamento Financeiro Líquido pelo EBITDA menor ou igual a 2,50;

2ª Covenant: Quociente entre o Endividamento Financeiro Líquido pela soma do Endividamento Financeiro Líquido com o Patrimônio Líquido menor ou igual a 0,60.

Segue abaixo demonstração dos Covenants para os empréstimos do BNDES:

	<u>4T11</u>	<u>3T11</u>	<u>2T11</u>	<u>1T11</u>
(+) Empréstimos e financiamentos e Debêntures	1.385.239	1.177.232	1.212.481	1.202.534
(-) Disponibilidades e aplicações financeiras	-424.463	-189.483	-273.383	-418.249
(-) Dívida com ELETROBRÁS - ECF 1960/99	-162.281	-165.167	-163.134	-161.564
(-) Baixa renda	-15.835	-30.692	-21.212	-23.472
Endividamento financeiro líquido	782.660	791.890	754.752	599.249
(+) Lucro líquido	48.331	78.085	68.360	52.725
(+) Resultado financeiro líquido	9.336	11.640	18.312	7.385
(+) Provisão de IR e CSLL	18.763	4.630	9.397	22.134
(+) Participação nos lucros	-	-	-	-
(+) Depreciações e amortizações	20.280	24.683	19.706	25.772
(+) Outras despesas/receitas não recorrentes*	37.053	3.068	1.953	541
LAJIDA	133.763	122.106	117.728	108.557
LAJIDA (12 Meses)	482.154	454.227	467.769	488.710
Patrimônio Líquido	1.010.924	962.594	884.510	816.147
Endividamento financeiro líquido / LAJIDA ≤ 4,5	1,6	1,7	1,6	1,2
Endividamento financeiro líquido / endividamento financeiro líquido +PL) ≤ 0,6	0,4	0,5	0,5	0,4

* As outras despesas e receitas não recorrentes são provenientes de baixas e alienações do ativo imobilizado.

- Em 09 de dezembro de 2010, a CEMAR assinou um contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES no valor de R\$100.000 mil, lastreados por recursos originários, dentre outras fontes, de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, recursos do FAT – Depósitos Especiais e do Fundo de Participação PIS/PASEP. O custo deste financiamento é de TJLP + 4,91% ao ano. O prazo total é de 3 anos, com carência de 1 ano e amortização em 2 anos. Estes recursos se destinam a financiar a partes dos investimentos do ano de 2011 e reforço de capital de giro.

Conforme contrato, a CEMAR apresenta os seguintes indicadores financeiros, a serem apurados anualmente com base nas suas demonstrações financeiras auditadas:

1ª Covenant: Quociente entre o Endividamento Financeiro Líquido pelo EBITDA menor ou igual a 3,00;

2ª Covenant: Quociente entre o Endividamento Financeiro Líquido pela soma do Endividamento Financeiro Líquido com o Patrimônio Líquido menor ou igual a 0,70.

Segue abaixo demonstração dos Covenants para este empréstimo do BNDES:

	<u>4T11</u>	<u>3T11</u>	<u>2T11</u>	<u>1T11</u>
(+) Empréstimos e financiamentos e Debêntures	1.385.239	1.177.232	1.212.481	1.202.534
(-) Disponibilidades e aplicações financeiras	-424.463	-189.483	-273.383	-418.249
Endividamento financeiro líquido	960.776	987.749	939.098	784.285
LAJIDA	133.763	122.106	117.728	108.557
LAJIDA (12 Meses)	482.154	454.227	467.769	488.710
Patrimônio Líquido	1.010.924	962.594	884.510	816.147
Endividamento financeiro líquido / LAJIDA ≤ 3,0	2,0	2,2	2,0	1,6
Endividamento financeiro líquido / endividamento financeiro líquido +PL) ≤ 0,7	0,5	0,5	0,5	0,5

- Em 11 de novembro de 2011, a CEMAR assinou um contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES no valor de R\$193.023,4 mil, lastreados por recursos originários do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, recursos do FAT – Depósitos Especiais e do Fundo de Participação PIS/PASEP. O valor total do financiamento é dividido em quatro sub-créditos, conforme segue abaixo:

- o Sub-crédito A: O valor contratado é de R\$70.626mil, liberados em 25 de novembro e 27 de dezembro de 2011, com o custo de TJLP + 2,21% ao ano. O prazo total é de 6 anos, com início



de amortização em Janeiro de 2012. Em 31 de dezembro de 2011, a taxa efetiva dessa operação é de 8,21% ao ano.

- Sub-crédito B: O valor contratado é de R\$70.626mil, liberados em 25 de novembro e 27 de dezembro de 2011, com o custo de TJLP + 3,21% ao ano. O prazo total é de 6 anos, com início de amortização em Janeiro de 2012. Em 31 de dezembro de 2011, a taxa efetiva dessa operação é de 9,21% ao ano.
- Sub-crédito C: O valor contratado é de R\$50.772mil, com o total de R\$33.000 mil liberados nas datas de 25 de novembro e 27 de dezembro de 2011, e custo de 8,7% ao ano. O prazo total é de 10 anos, com carência de 2 anos e amortização em 8 anos com início em Dezembro 2013. Em 31 de dezembro de 2011, a taxa efetiva dessa operação é de 8,7% ao ano.
- Sub-crédito D: O valor contratado é de R\$1.000mil com custo de TJLP. O prazo total é de 6 anos, com um ano de carência e 5 anos de amortização com início em Dezembro 2017. Em 31 de dezembro de 2011.

Por fim, os financiamentos acima contratados têm por objetivo financiamento dos planos de investimentos da Emissora e reforço de capital de giro.

GERAMAR

A companhia possui as seguintes dívidas ao final de 2011:

	Total	
Bco BTG Pactual 5137539	29.313.387,24	CDI + 2,45% a.a
Bco BTG Pactual 604858-1	27.282.650,95	CDI + 2,45% a.a
Bco BTG Pactual 604864-5	10.588.492,78	CDI + 2,45% a.a
Bco BTG Pactual 604866-1	35.677.312,70	CDI + 2,45% a.a
Bco BTG Pactual 604867-0	22.035.987,29	CDI + 2,45% a.a
Bco BTG Pactual 100109050009800	20.690.647,78	CDI + 2,65% a.a
Bco BTG Pactual 100109060009900	27.238.321,21	CDI + 2,65% a.a
Bco BTG Pactual 100109070017400	15.714.416,02	CDI + 2,65% a.a
Bco BTG Pactual 100109100006000	4.556.123,58	CDI + 2,65% a.a
Bco BTG Pactual 100109100006100	17.269.405,74	CDI + 2,65% a.a
Bco BTG Pactual 100110010001200	27.238.321,21	CDI + 2,65% a.a
Bco BTG Pactual 6048254	145.974,92	CDI + 2,65% a.a
Bco BTG Pactual 604865-3	12.069.754,71	CDI + 2,65% a.a
BASA - FDA 047.154047-1	170.228.435,46	TJLP + 1,00% a.a

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados:

CEMAR

Especificamente para o Contrato com a Eletrobrás, ECF-2724/2008, para financiamento do custo direto do programa de obras no sistema de subtransmissão da CEMAR para o triênio 2009-2010-2011, o prazo-limite para utilização do volume total disponibilizado foi 30 de dezembro de 2011 no contrato inicial, porém com a celebração de termo aditivo foi prorrogado para 30 de junho 2012.

GERAMAR

Não há limites de financiamentos não utilizados.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras:

1) Adesão ao NOVO REFIS - Parcelamento de impostos - Lei 11.941/09

Em novembro de 2009, a controlada CEMAR e a controlada em conjunto Light formalizaram suas adesões ao chamado Novo REFIS, parcelamento de débitos fiscais de acordo com a Lei 11.941/2009. Conforme os termos aplicáveis ao novo programa o saldo dos débitos será parcelado em até 180 meses.

1.1) CEMAR

Em 28 de novembro de 2009, a CEMAR formalizou sua adesão ao parcelamento de que trata o art. 1º da Lei nº 11.941/2009 importando a desistência compulsória e definitiva do Parcelamento Especial - PAES. Nos termos das normas aplicáveis ao novo parcelamento o saldo remanescente dos débitos consolidados do Parcelamento Especial - PAES será parcelado em até 180 meses. A consolidação de tais débitos está pendente de conclusão pela Receita Federal do Brasil RFB.

Os principais benefícios desta adesão ao novo REFIS foram a redução de juros e multas no montante de R\$24.756, a possibilidade de saldar a parcela restante de juros e multas com a utilização de prejuízos fiscais, além do próprio desembolso de caixa parcelado. O montante inicial incluído no REFIS foi de R\$72.522. Visto que R\$34.028 serão compensados com prejuízos fiscais, o parcelamento efetivo que resultará em desembolsos futuros de caixa é de R\$ 38.493.

A referida dívida, no montante de R\$38.493 será quitada em 180 parcelas. A consolidação de tais débitos está pendente de conclusão pela Receita Federal do Brasil (RFB).

Os pagamentos do REFIS no valor de R\$1.645, estão sendo contabilizados na conta de outros impostos a recuperar até que seja homologado a consolidação dos débitos inclusos no parcelamento.

A consolidação de tais débitos está pendente de conclusão pela Receita Federal do Brasil (RFB).

2) Incorporação da PCP Energia Participações pela Equatorial Energia

A Assembléia Geral Extraordinária realizada em 12/02/08 aprovou a incorporação da PCP Energia Participações pela Equatorial Energia. Com a incorporação a Equatorial passou a deter participação de 25% da Rio Minas Energia (RME), que correspondia a participação indireta de 13,06% na Light, e através de acordo de acionistas, passou a compartilhar o controle da Light. Com a concentração do controle a PCP Energia Latin America Power Fund consolidou na Equatorial seus investimentos no setor de energia elétrica. Essa incorporação afetou todas as Demonstrações Financeiras.

3) Cisão da Equatorial e abertura de capital da Redentor

Em 29 de abril de 2010, a Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária da Equatorial aprovou sua cisão parcial resultando na criação da Redentor Energia, sociedade criada exclusivamente para participar no capital da RME, uma das controladoras da Light S.A.

Em 09 de agosto de 2010, a Redentor Energia recebeu da Comissão de Valores Mobiliários – CVM seu registro de companhia aberta. Reiteramos que as ações de emissão da Equatorial atualmente em circulação no mercado serão negociadas “com direito” à cisão parcial, até que seja concluído o processo de abertura de capital da Redentor e a admissão da negociação das ações de sua emissão no segmento do Novo Mercado. Até esta data, as ações de emissão da Equatorial somente poderão ser negociadas em bolsa conjuntamente com as correspondentes ações de emissão da Redentor, sob o código EQTL3, vedada a negociação em bolsa isoladamente de ações de emissão da Redentor ou da Equatorial.



A partir da admissão das ações da Redentor à negociação no segmento do Novo Mercado da BM&F Bovespa, as ações de emissão da Equatorial e as ações de emissão da Redentor passarão a ser negociadas independentemente umas das outras.

Em 12 de maio de 2011, foi concluído o processo de transferência do controle da Redentor Energia para a Parati S.A. – Participações em Ativos de Energia Elétrica, sociedade de participações detida pela Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG.

4) Equatorial Soluções

A Equatorial Soluções é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, que tem como atividades principais: a) a prestação de serviços em negócios de energia elétrica, telecomunicações e transmissão de dados; b) a prestação de serviços de cobrança de fatura de energia elétrica em nome e por conta de terceiros; e c) a prestação de serviços técnicos de operação, manutenção e planejamento de instalações elétricas de terceiros. A Equatorial Energia detém 100% de participação dessa sociedade.

4.1) Sol Energias

Em novembro de 2011, a Equatorial Energia anunciou o investimento através de sua controlada integral, Equatorial Soluções, no Sol Energias, empresa comercializadora de energia e de novos negócios. Com o aporte de R\$6,0 milhões, a Equatorial Soluções passou a deter 51% do capital votante e total da Sol Energias.

5) Aquisição de Participação da Geramar

Em setembro de 2008 foi concluído o processo de aquisição de 25% das ações representativas do capital social da empresa Geradora de Energia do Norte S.A. ("Geramar"), sociedade responsável pela implantação e operação das usinas termelétricas de Tocantinópolis e de Nova Olinda, no estado do Maranhão, com capacidade instalada de 330 MW. O consórcio que detém o controle da Geramar é composto pela Equatorial (25%), Fundo de Investimentos em Participações Brasil Energia (25%) e GNP S.A. (50%). O controle da Geramar será compartilhado e regido por Acordo de Acionistas.

10.2. Os diretores devem comentar:

a) resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Os principais indexadores presentes no plano de negócios do Emissor são o IGP-M, IPCA, CDI e taxa de câmbio (Dólar):

- IGP-M: Parte da tarifa de distribuição de energia da CEMAR e da LIGHT está atrelada ao IGP-M, assim como 15,7% do endividamento da CEMAR.
- IPCA: a tarifa de boa parte dos contratos de geração de energia pertinente à Light Energia S/A está atrelada ao IPCA, assim como os contratos de compra de energia das distribuidoras de energia estão atrelados a esse indicador.
- CDI: Todas as aplicações financeiras do Emissor, aproximadamente 72,7% do endividamento da LIGHT e 36,2% do endividamento da CEMAR estão atrelados ao CDI.
- Taxas de câmbio: Aproximadamente 4,1% do endividamento com terceiros da LIGHT está denominado em dólares. No entanto, a política para utilização de instrumentos de derivativos aprovada pelo Conselho de Administração desta empresa determina a proteção do serviço da dívida (principal mais juros e comissões) denominado em moeda estrangeira a vencer em até 24 meses, vedando qualquer utilização de caráter especulativo, seja em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Assim, descontando-se do percentual de dívidas denominadas em moeda



estrangeira o valor da posição de derivativos cambiais contratados em 31 de dezembro de 2009 (US\$23,3 milhões), chega-se a uma exposição cambial efetiva de 2,5% na LIGHT.

Adicionalmente, a tarifa de compra de energia de Itaipu também é denominada em dólares, mas cujas variações são repassadas para a tarifa através do mecanismo da CVA.

Com a cisão mencionada acima, a partir de 2010, a Equatorial de maneira consolidada deixará de adquirir energia de Itaipu.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Conforme já mencionado no item 10.1.a, devido à cisão parcial da Equatorial aprovada em sua AGOE de 29 de abril, a partir do exercício de 2010, o Emissor deixou de consolidar sua participação indireta na Light.

Perdas de Energia

A Emissora se sujeita a dois tipos de perda de eletricidade: perdas técnicas e perdas comerciais. Perdas técnicas ocorrem no curso ordinário da distribuição de energia elétrica, enquanto perdas comerciais resultam do furto de energia, bem como de fraude, medição errada e erros de emissão de contas. As perdas de energia acarretam a necessidade da Emissora adquirir mais energia para fazer face às suas necessidades de distribuição, ocasionando um aumento dos custos de compra de energia para revenda.

O nível das perdas técnicas, medido sobre a energia injetada, teve sua meta determinada pela ANEEL em 12,42% e será válido para os 4 anos do ciclo tarifário corrente (de agosto de 2009 a julho de 2013).

Quanto às perdas não-técnicas dos últimos 12 meses, a Emissora encerrou 2011 com percentual de 21,0% medido sobre o mercado consumidor de baixa tensão, o que representa uma redução de 1,0 pontos percentuais em relação ao percentual de 22,0% medido ao final de 2010.

Incentivos Fiscais (CEMAR)

Depreciação Acelerada

O art. 31 da Lei nº 11.196/2005, regulamentado pelo Decreto nº 5.988/2006 concedeu o incentivo da depreciação acelerada incentivada, para efeito do cálculo do imposto sobre a renda, para bens adquiridos de 1º de janeiro de 2006 a 31 de dezembro de 2013, pelas pessoas jurídicas que tenham projeto aprovado para instalação, ampliação, modernização ou diversificação, enquadrado em setores da economia considerados prioritários para o desenvolvimento regional, em microrregiões menos desenvolvidas localizadas nas áreas de atuação da SUDENE e da SUDAM. A depreciação acelerada incentivada consiste na depreciação integral, no próprio ano da aquisição do bem.

Tal incentivo foi obtido pela CEMAR através da Portaria nº 0043, emitida pela SUDENE, em 27 de abril de 2007. Nos termos da Portaria MIN nº 1.211, emitida em 20 de dezembro de 2006, o Ministério de Integração Nacional relacionou os 217 Municípios do Estado do Maranhão como sendo enquadrados entre as microrregiões menos desenvolvidas a que se refere à Portaria da SUDENE. Dessa forma, a CEMAR vem utilizando o incentivo para todos os 217 Municípios do Estado do Maranhão.

Isenção de 75% do Imposto de Renda

Em 14 de maio de 2007, a Agência para o Desenvolvimento do Nordeste - ADENE, atual Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, que pertence ao Ministério de Integração Nacional, emitiu o Laudo Constitutivo nº. 0061/2007, que outorga à CEMAR ampliação do percentual de redução do imposto de renda de 25% para 75% sob a justificativa de modernização total das suas instalações elétricas, com prazo de vigência de 2007 até o ano de 2016.

A CVM através da Deliberação nº. 555, emitida em 12 de novembro de 2008, aprovou o pronunciamento técnico CPC 07 que trata de subvenções e assistências governamentais, determinando o reconhecimento contábil das subvenções concedidas em forma de redução ou isenção tributária como receita. A receita total até 31 de dezembro de 2010 é de R\$46.014 (até 31 de dezembro de 2009 é de R\$54.155). A lei nº. 11.638/07 extinguiu as reservas de capital e Doações e Subvenção para Investimento e criou a Reserva de Incentivos Fiscais, onde a assembléia geral poderá, por proposta dos órgãos da Administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.

O efeito do benefício, acumulado até 31 de dezembro de 2010, totaliza R\$208.441 (R\$162.427 em 31 de dezembro de 2009).

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Conforme já mencionado no item 10.1.a, devido à cisão parcial da Equatorial aprovada em sua AGOE de 29 de abril, a partir do exercício de 2010, o Emissor deixou de consolidar sua participação indireta na Light.

A receita operacional líquida consolidada do Emissor no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$1.962 milhões. O aumento de 9,0% apresentado na comparação anual, quando em 2010, o valor apresentado foi de R\$1.799 milhões, foi devido ao crescimento de 5,5% no volume de energia vendida para o mercado consumidor.

Cabe ressaltar que, com o início das operações comerciais da Geramar, esta passou a contribuir para a receita líquida consolidada da Equatorial.

Em agosto de 2011, no seu processo de Reajuste Tarifário Anual, a CEMAR teve sua tarifa média praticada reajustada em 7,25%.

Em agosto de 2010, a CEMAR também passou pelo seu processo anual de Reajuste Tarifário, no qual praticamente não houve impacto no consumidor, com efeito médio de 0,08%.

Ao final de agosto de 2009, a CEMAR passou pelo processo de Revisão Tarifária Periódica, no qual sua tarifa média praticada foi reajustada em -1,64%, já considerando o efeito dos componentes financeiros. Essa tarifa é válida pelo período de 4 anos do ciclo tarifário (de agosto de 2009 a agosto de 2013), entretanto será reajustada anualmente pelo processo de Reajuste Tarifário Anual.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Os principais indexadores presentes no plano de negócios do Emissor são o IGP-M, TJLP, CDI.:

- IGP-M: A companhia possui 12% de seu endividamento atrelado ao IGP-M.
- TJLP: A Equatorial possui 61,2% de seu endividamento atrelado a TJLP, sendo 20,7% referente ao endividamento da Cemar e 40,5% referente as debêntures da GERAMAR.
- CDI: Todas as aplicações financeiras da CEMAR, aproximadamente 59,5% do endividamento da GERAMAR e 24,6% do endividamento da CEMAR estão atreladas ao CDI.

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:



a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não há no presente momento, expectativa de introdução ou alienação futura de segmento operacional.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Alienação, pelo FIP PCP, da sua participação indireta em Light S.A.

Em 30 de dezembro de 2009, foi divulgada a alienação, por parte do FIP PCP ("PCP"), controlador da Equatorial, de sua participação indireta na Light S.A.

O contrato assinado entre o PCP e a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG ("CEMIG"), prevê que o PCP fará aprovar uma cisão da Equatorial Energia, na qual sua participação indireta na Light S.A. será revertida para uma nova companhia a ser criada ("Newco") e, posteriormente à listagem das ações da Newco no Novo Mercado, alienará sua participação a uma sociedade cujo capital a CEMIG participe em proporção não inferior a 20%.

A cisão da Equatorial foi aprovada em 29 de abril de 2010, e, a partir do exercício de 2010, as Demonstrações Financeiras consolidadas da Equatorial deixaram de consolidar 25% da posição patrimonial e dos resultados do exercício provenientes da Light S.A.

Para maiores detalhes, vide Fatos Relevantes de 30 de dezembro de 2009, 14 e 29 de abril de 2010.

c) Eventos ou operações não usuais.

Conforme mencionado no item b acima, tendo em vista que a cisão da Equatorial foi aprovada em 29 de abril de 2010, as suas Demonstrações Financeiras consolidadas deixaram de consolidar 25% da posição patrimonial e os resultados do exercício provenientes da Light S.A.

10.4. Os diretores devem comentar:

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

A Companhia adotou as normas do CPC descritas abaixo no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, inclusive para o período comparativo de 31 de dezembro de 2009 e no balanço patrimonial de abertura em 1 de janeiro de 2009.

Normas CPC adotadas aplicáveis no exercício de 2010.

CPC 18 – Investimento em Coligada e em Controlada

CPC 20 – Custos de Empréstimos

CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro

CPC 24 – Evento Subseqüente

CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis

CPC 30 – Receitas

CPC 32 – Tributos sobre o Lucro

CPC 33 – Benefícios a Empregados

CPC 37 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

CPC 38 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração

CPC 39 – Instrumentos Financeiros: Apresentação

CPC 40 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação

CPC 41 – Resultado por Ação

CPC 43 – Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 ao 43

ICPC 01 – Contratos de Concessão

ICPC 04 – Alcance do Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamentos Baseados em Ações

ICPC 05 – CPC 10 - Pagamentos Baseados em Ações - Transações de Ações do Grupo e em

Tesouraria
ICPC 08– Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

A aplicação das normas (“novas normas”), descritas no item acima, impactaram montantes apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia.

Com adoção do ICPC01 a companhia entende que todos os itens antes registrados no ativo imobilizado, pertencem à concessão de distribuição de energia elétrica, sendo assim, estes saldos passam a ser registrados no Ativo Intangível Contrato de Concessão de Serviços e Ativo Financeiro conforme regra estabelecida por esta interpretação da norma contábil. Demonstrados nas notas 12 e 13.

Reversão de Ativos e Passivos Regulatórios.

Em 2008, entrou em vigor a Lei nº 11.638/07, bem como a Medida Provisória nº 449, de 3 de dezembro de 2008, que alteraram, revogaram e introduziram novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações. As alterações promovidas visam, principalmente, atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das normas internacionais de contabilidade (IFRS), e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela CVM em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

Como parte deste processo de harmonização, o Emissor optou por elaborar balanço patrimonial de transição em 01 de janeiro de 2008, que é o ponto de partida da contabilidade de acordo com a legislação societária modificada pela Lei nº 11.638/07 e pela Medida Provisória nº 449/08.

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Ressalvas: Não há.

Ênfases: Não houve ênfases nos parecer dos auditores independentes em relação às demonstrações financeiras de 2011 e 2010.

Ressalvas: Não há

Ênfases:

31 de dezembro de 2009:

O parecer da controlada indireta Light S.A. possui parágrafo de ênfase em função das demonstrações financeiras da Fundação de Seguridade Social Braslight, fundo de pensão patrocinado por essa controlada indireta, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 que foram auditadas por outros auditores independentes e que, sobre elas, emitiram parecer, datado de 21 de janeiro de 2010, com parágrafo de ênfase sobre a existência do saldo de R\$137.317 mil relativo a créditos tributários originados do processo de imunidade tributária da Entidade, já transitado em julgado, os quais, de acordo com projeções de sua Administração, poderão ser compensados, em aproximadamente nove anos, com tributos a serem recolhidos em anos posteriores. A realização futura do ativo encontra-se condicionada à continuidade do processo de compensação junto à Secretaria da Receita Federal, o qual foi suspenso em setembro de 2005. A manutenção da referida suspensão poderá levar a Entidade a, eventualmente, provisionar o ativo. Este ativo garantidor de reservas atuariais da Entidade foi deduzido no cálculo do déficit atuarial das controladas patrocinadoras, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 371/00. Conseqüentemente, caso haja provisão desse valor, o passivo da controlada indireta Light S.A. poderá ser ajustado proporcionalmente, e como resultado, o investimento do Emissor, poderá ser ajustado igualmente na proporção de sua participação.

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

Estimativas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e, para o Grupo, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas, e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

a. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros não-derivativos incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, incluindo os recebíveis relativos aos serviços de concessão, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Os instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis para os instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme descrito abaixo.

- *Instrumentos mantidos até o vencimento*

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais o Emissor tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento os seus instrumentos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

- *Instrumentos disponíveis para venda*

Os investimentos do Emissor em instrumentos financeiros, de patrimônio e de certos ativos relativos a instrumentos de dívida, são classificados como disponíveis para venda, quando após o reconhecimento inicial, são avaliadas pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moeda estrangeira destes instrumentos, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para o resultado.

- *Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado*

Um instrumento é classificado pelo seu valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos

financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se o Emissor gerencia esses investimentos e toma a decisão de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimentos e gerenciamento de risco documentado pelo Emissor. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

- ***Empréstimos e recebíveis***

Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável. São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em mercado ativo.

b. Moeda estrangeira

A Administração do Emissor definiu que sua moeda funcional é o real de acordo com as normas descritas no CPC 02 – Efeitos nas Mudanças na Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovados pela Deliberação CVM 534.

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do fechamento do balanço. As diferenças decorrentes da conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do exercício. (vide Nota Explicativa nº 30).

c. Ativos circulante e não circulante

- ***Provisão para créditos de liquidação duvidosa***

Constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber (vide Nota Explicativa nº 7a).

Para clientes com débitos relevantes, é feita análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos, utilizamos a seguintes regras: (i) consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias; (ii) consumidores comerciais - vencidos há mais de 180 dias; (iii) consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos e outros - vencidos há mais 360 dias.

- ***Redução ao valor recuperável de ativos***

Os ativos imobilizado e intangível têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente independentemente de haver indicadores de perda de valor.

d. Passivos circulante e não circulante

Os passivos circulante e não circulante são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulante e não circulante são registrados a valor presente com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada

contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva. O Emissor e suas controladas realizam estudos para calcular os ajustes a valor presente de seus passivos, e após a análise de relevância, o ajuste a valor presente é julgado imaterial ou não por parte da Administração, desta forma efetua-se ou não o seu reconhecimento nas demonstrações financeiras.

- ***Provisão para contingências***

Estão constituídas com base na avaliação do risco potencial de perda sobre as ações em andamento, embasadas em relatórios preparados por consultores jurídicos externos e pelos consultores jurídicos da Emissora.

e. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando o Emissor possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar tal obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

f. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias foram constituídos em conformidade com a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da administração.

Conforme previsto na Medida Provisória nº 449/08, o Emissor e suas controladas e controladas em conjunto optaram por adoção do Regime Tributário de Transição (RTT) de apuração do lucro real, de modo que as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício não terão efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica sujeita ao RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007.

g. Plano de complementação de aposentadoria e pensão

Os custos associados aos planos de aposentadoria e pensão patrocinados pela CEMAR e Light são reconhecidos pelo regime de competência e estão em conformidade com a deliberação nº 371/00 da CVM e NPC nº 26 do IBRACON.

Os custos de patrocínio de plano de pensão são reconhecidos como despesas por se tratar de planos de contribuição definida.

De acordo com a Deliberação nº. 600 da CVM de 07 de outubro de 2009, a partir do exercício de 2011 as empresas de capital aberto foram obrigadas a incluir em suas demonstrações financeiras os passivos oriundos dos benefícios aos quais os empregados têm direito, com base nas regras estabelecidas no pronunciamento CPC33 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

h. Plano de Remuneração baseado em ações

Os efeitos do plano de remuneração baseado em ações são calculados com base no valor justo dos instrumentos patrimoniais outorgados e reconhecidos no balanço patrimonial e na demonstração de resultados conforme as condições contratuais sejam atendidas.

10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

- a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

O Emissor atende aos padrões de governança corporativa do Novo Mercado e considera seus controles internos suficientes dado o tipo de atividade e o volume de transações que opera. Adicionalmente, face à complexidade das atividades e inovações tecnológicas, a Administração está empenhada no aprofundamento, revisão e melhoria contínua de seus processos, e na implementação de novas ferramentas para revisão e controles internos.

- b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente**

No caso de nossas controladas, o relatório sobre procedimentos contábeis e de controles internos referente ao exercício de 2011 está sendo elaborado pelos auditores independentes.

Porém, com base no relatório elaborado em 2010 a Administração do Emissor atualmente acredita não haver fatos ou aspectos que possam indicar a presença de deficiências significativas ou fraquezas materiais nos controles internos e que suas Demonstrações Financeiras refletem adequadamente o resultado de nossas operações, situação financeira e patrimonial.

10.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

- a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados**

CEMAR

Não houve emissão de valores mobiliários.

GERAMAR

Não houve emissão de valores mobiliários.

- b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição**

CONSOLIDADO

Não houve qualquer desvio destes propósitos.

- c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios**

CONSOLIDADO

Não houve qualquer desvio destes propósitos.

10.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

- a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:
- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos
 - ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos
 - iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
 - iv. contratos de construção não terminada
 - v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

O Emissor não possui ativos ou passivos que não estejam refletidos nesse formulário e nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas.

- b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não se aplica

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

- a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Conforme mencionado no item 10.8 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

- b) natureza e o propósito da operação

Conforme mencionado no item 10.8 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

- c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Conforme mencionado no item 10.8 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

- a) investimentos, incluindo:
- i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

CEMAR - Investimentos Próprios

Em 2011, os investimentos da CEMAR, excluindo os investimentos diretos relacionados ao PLPT, totalizaram R\$ 322,3 milhões, dos quais R\$58,6 milhões foram direcionadas à manutenção da rede e R\$263,7 milhões à expansão da rede de distribuição de energia.

Em 2010, os investimentos da CEMAR, segundo o mesmo critério, totalizaram R\$197 milhões dos quais R\$69,2 milhões foram aplicados em manutenção da rede e R\$96,5 milhões em expansão da rede de distribuição.



Para os 4 anos do atual ciclo tarifário (de setembro de 2009 a agosto de 2013), estima-se que a CEMAR investirá entre R\$700 milhões e R\$800 milhões, notadamente em manutenção e expansão da rede de distribuição de sua área de concessão.

CEMAR - Investimentos no Programa Luz Para Todos

Ao final de 2011, foi alcançada a marca de 301 mil consumidores ligados à rede de distribuição de energia elétrica da CEMAR por meio do Programa Luz Para Todos, o que beneficia diretamente mais de 1,5 milhão de habitantes.

Em 2011, o investimento direto no programa, que inclui gastos com materiais e serviços de terceiros foi de R\$174,6 milhões, sendo que em 2010, foram investidos R\$202,1 milhões.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

CEMAR

A CEMAR financia seus projetos de investimento próprio com sua geração própria de caixa, através de linhas de financiamento do Banco do Nordeste e/ou demais instrumentos de captação dos mercados de capitais e bancário.

Já os investimentos diretos do Programa Luz Para Todos são financiados com recursos da Eletrobrás, através da linha de RGR e de CDE.

GERAMAR

Ao longo de 2008 e 2009, a Geramar investiu R\$24 milhões e R\$107 milhões (já considerando apenas os 25% de participação da Equatorial), respectivamente, na construção de suas duas usinas de geração termoeletrica, com capacidade instalada conjunta de 330MW, com início de sua operação em janeiro de 2010.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Equatorial

O único desinvestimento feito pela Equatorial é a cisão e posterior alienação, por parte de seu controlador, de sua participação indireta em Light S.A., conforme comentado no item 10.3. e divulgado nos Fatos Relevantes de 30 de dezembro de 2009, 14 e 29 de abril de 2010.

Esta cisão foi aprovada em 29 de abril de 2010 e resultou na criação da Redentor Energia S.A., empresa cujas ações passaram a ser negociadas no Novo Mercado da BM&FBovespa em agosto de 2010.

CEMAR e Geramar

Não há desinvestimentos relevantes previstos.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não houve aquisição de ativos que devem influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

c) Novos produtos e serviços, indicando:

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços



- iii. projetos em desenvolvimento já divulgados
- iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica.

10.11 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

ANEXO II
ANEXO 9-1-II (Instrução CVM 481/09)
destinação do lucro líquido

(Valores apresentados em R\$ Mil, exceto quando indicado de maneira diferente)

1. Informar o lucro líquido do exercício

R. R\$159.996

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

R. Dividendos propostos: R\$50.421
Valor dos dividendos por ação: R\$0,46

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

R. 32%

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

R. Não há

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

- a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Tipo de Ação	Quantidade	Valor
Ordinárias	109.227	50.421

- b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

R. Serão pagos até 31 de dezembro de 2012.

- c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

R. Não aplicável

- d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

R. Terão direito ao recebimento dos dividendos anunciados aqueles acionistas identificados como tais na data de realização da Assembleia Geral Ordinária.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

R. Não houve

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

R. Não houve

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

	2011	2010	2009
Lucro do Exercício	159.996	188.871	222.600
Lucro por ação (R\$)	1,47	1,74	2,10
Quantidade média ponderada de ações	109.163	108.483	105.883

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

R.

Valor por Ação (lote de unidades de reais)

Deliberação	Proventos	Valor	ON
31/12/2011			
Reunião do Conselho de Administração em 15 de fevereiro de 2012	Dividendos	50.421	0,46
31/12/2010			
Reunião do Conselho de Administração em 29 de março de 2011	Dividendos	196.608	1,80
31/12/2009			
Reunião do Conselho de Administração em 23 de dezembro de 2009	Juros sobre capital próprio (bruto)	7.412	0,07
Reunião do Conselho de Administração em 26 de março de 2010	Dividendos	43.392	0,40

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

R. R\$8.000

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

R. 5% sobre o lucro do exercício.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

R. Não aplicável

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

R. Não aplicável

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

R. Não aplicável

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

R. Não aplicável

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

R. Não aplicável

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

R. "(iii) no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do saldo do lucro líquido do exercício, obtido após a dedução de que trata o item (i) deste Parágrafo será distribuído a título de dividendo a todos os acionistas da Companhia;"

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

R. Sim.

c. Informar o montante eventualmente retido

R. R\$37.999

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

R. Não aplicável

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive,

R. Não aplicável

c. Justificar a retenção dos dividendos

R. Não aplicável

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva

R. Não aplicável

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

R. Não aplicável

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

R. Não aplicável

d. Justificar a constituição da reserva

R. Não aplicável

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

R. Não aplicável

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

R. Não aplicável

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

R. “(iv) a parcela remanescente do lucro líquido do exercício após o pagamento de dividendo aos acionistas, em percentual a ser definido pela assembleia geral, será destinada à Reserva para Investimento e Expansão, que tem por finalidade (i) assegurar recursos para aquisição de participação no capital social de outras sociedades, consórcios e empreendimentos que atuem no setor de energia elétrica; (ii) reforçar o capital de giro da Companhia; e, (iii) ainda, ser utilizada em operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações do capital da Companhia;”

b. Identificar o montante destinado à reserva

R. R\$101.575

c. Descrever como o montante foi calculado

R. Saldo excedente do lucro do exercício ajustado, após proposta de dividendos.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

R. Não aplicável

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

R. Não aplicável

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

R. Não aplicável

b. Explicar a natureza da destinação

R. Não aplicável